



Os papéis financeiros americanos são considerados os mais seguros do mundo por pertencerem à economia mais rica de todas que por sua vez manipula a moeda de troca internacional ainda aceita sem objeções: o dólar. O obstáculo reside na capacidade de pagamento dos juros dessa dívida. Depende da intensidade do crescimento econômico e da magnitude da taxa de juros. Quanto mais cresce a economia em condições de taxa de juros amenas, a dívida deixa de ser transtorno, tanto para o detentor dela quanto para quem a financia comprando títulos. Por assim dizer, devedores e credores estão de bem, em paz uns com os outros. Quase não há motivo para rugas entre eles. Em casa em que o pão é farto todos se sentam à mesa para comer e sorrir.

A dificuldade da dívida pública dos EUA deu um salto depois que eclodiu a crise financeira a partir de 2007, deflagrada pelos empréstimos hipotecários de segunda linha, batizados em inglês de subprime. Havia um financiamento artificial do consumo interno por meio de endividamento de alto risco que se imaginava ter sido resolvido pela securitização dos papéis ofertados. Caso alguém não pudesse pagar, haveria um seguro para garantir o credor. O devedor afundaria, mas o credor estaria protegido. Esse modelo supostamente funcionaria a contento desde que a economia permanecesse em estado de permanente crescimento, gerando emprego, e para isso mesmo se financiava artificialmente o consumo por créditos arriscados. Quem compra, estimula a produção. A produção se converte em vendas. E o círculo produção/consumo se fecha como se não deparasse entraves. Parecia um esquema perfeito, automático e mecânico. O crime que não deixou nenhum rastro. O problema foi que o crescimento econômico não conseguiu ser mantido nos níveis requisitados. O desemprego apareceu. E quando começa atinge os trabalhadores mais frágeis e desqualificados. Justamente aqueles que haviam tomado empréstimo de alto risco e valor pronunciado e agora não poderiam pagar. Quem havia assumido dívidas estava na rua sem ter onde tirar. O esquema de financiamento artificial ruiu por terra com estrondo e a crise estadunidense se espalhou pelo mundo causando estragos de diferentes graus em todas as partes por onde se estendia.

De 2007 até 2011, nunca mais a economia estadunidense conseguiu se recuperar em patamares satisfatórios. Permanece com taxas muito reduzidas de crescimento com baixa geração de emprego o que lança sérias dúvidas sobre a capacidade de saldar os juros dos títulos públicos que oferece ao mundo e que compõem as aplicações financeiras das reservas cambiais as quais muitos países levantaram ao longo de décadas de saldo comercial favorável. O principal comprador de títulos públicos estadunidenses é a China. Ostenta em carteira pelo menos de 1 trilhão de dólares aplicados em títulos públicos de crédito proveniente de reservas de 3 trilhões de dólares. Esta montanha de dinheiro surgiu após trinta anos de bem sucedido comércio favorável realizado com o mundo inteiro, mas principalmente com os EUA. Os Estados Unidos importam mercadorias da China e, em contrapartida, exportam títulos públicos para ela. O Brasil é também comprador desses títulos financeiros também retirados de reservas cambiais.

Contudo, a dívida pública dos EUA não diminuiu até o presente. Piorou. Os EUA se puseram em guerras no Iraque, no Afeganistão e, agora, na Líbia. Constituem gastos na casa do bilhão de dólares por dia. Está tremendamente difícil honrar o pagamento desses títulos públicos devidos aos seus detentores mesmo com juros próximos de zero. Até o dia 2 de agosto vindouro, o Congresso dos EUA terá de tomar uma decisão sobre o que fazer com esta dívida pública, providência com poucas alternativas de escapatória. A primeira é cortar os gastos do orçamento. A segunda é aumentar o teto de endividamento. A terceira é aumentar os impostos sobre os ricos.

Na primeira alternativa implica em recessão. O governo para de gastar realizando cortes de despesas e a economia para de crescer. O corte será com a saúde ou será com os gastos de guerra. Esta resposta requer saber qual o elo mais fraco da corrente. A segunda é permitir que o

endividamento aceite um teto ainda maior para se expandir. Porém, projeta dúvidas sobre quem irá comprar títulos públicos numa situação ainda mais incerta, apenas diferida no tempo. A terceira está nos ricos assumirem essa conta, tirando dinheiro de seus cofres, o que seria bem difícil, dado que nos EUA imposto causa horror e arrepio. É como convidar Satanás para visitar o lar e admirar as crianças.

Os próximos 15 dias serão decisivos para a economia mundial conforme se pronunciar o Congresso Nacional dos EUA ao estudar as três alternativas. O dólar poderá transitar para nova desvalorização sem precedentes e a crise financeira ingressar numa segunda etapa ainda mais severa. As consequências serão muito drásticas para Europa, Estados Unidos e Japão. São economias gigantescas e o gigante é inimigo de si mesmo pelo tamanho que atingiu. Um passo a frente para ele é um sacrifício. Quanto à economia brasileira, os impactos poderão ser passageiros, como ocorreu em 2009. E a justificativa é simples. Aqui o capitalismo não se defronta com limites quase intransponíveis ao crescimento nem no que diz ao uso da energia nem na disponibilidade de recursos naturais e potencialidades da indústria. Os recursos são abundantes, a população é relativamente pequena e há muito onde aplicar valores acumulados ociosos como seria opção para a China que vai ficar com papéis financeiros que nada valem e ninguém vai querer.

Talvez a humanidade esteja contemplando um autêntico ponto de mutação do capitalismo nas próximas semanas ainda sem se dar conta nem medida. Não é algo nascido agora, porém o somatório gradual de diversas situações que se tornaram mais permissíveis de acontecer, principalmente em relação ao acúmulo de dívida pública, quando o padrão ouro deixou de vigir lá pelo ano de 1973. Não se trata de lamentar o acontecido naquela data, mas apenas de ressaltar o fato das transformações que necessitam ocorrer e projetar crises mas também desafios para a humanidade avançar. A crise é uma busca de solução. Por ser busca de algo melhor é crise de algo que deve ficar para trás.

Caminhante, são teus rastros  
o caminho, e nada mais;  
caminhante, não há caminho,  
faz-se caminho ao andar.  
Ao andar faz-se o caminho,  
e ao olhar-se para trás  
vê-se a senda que jamais  
se há-de voltar a pisar.  
Caminhante, não há caminho,  
somente sulcos no mar.

Antônio Machado, poeta sevilhano (1874-1939).

A **JANELA ECONÔMICA** é um espaço de divulgação das idéias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Economia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo é de responsabilidade dos autores e as ideias nele inseridos, não necessariamente, refletem o pensamento do curso.

- O objetivo deste espaço é mostrar a importância da formação do economista na sociedade.